

A geração pós-68 de cientistas sociais no Brasil

Fábio Cardoso Keinert*

RESUMO: Este trabalho visa situar as trajetórias de uma geração de cientistas sociais, no Brasil, em função de seu enraizamento em experiências institucionais localizadas em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte. O que se pretende indicar é o modo como a formação em instituições com características diferentes definiria modalidades diversas de disposições intelectuais que seriam mais ou menos favoráveis à adesão ao novo ideal de profissionalismo que emergia no cenário brasileiro das ciências sociais, a partir de fins da década de 1960.

Palavras-chave: ciências sociais no Brasil; geração; profissionalização

RÉSUMÉ: Ce travail a pour but d'envisager les trajectoires d'une génération de scientifiques sociaux, au Brésil, tenant compte de leur enracinement dans des expériences institutionnelles à Sao Paulo, Rio de Janeiro et Belo Horizonte. On essaie de indiquer comment la formation reçue dans de différentes institutions ayant des caractéristiques particulières, aboutirait à des modalités diverses de dispositions intellectuelles qui pourraient se montrer comme plus ou moins favorables à l'adhésion au nouvel idéal de professionnalisme qui émergeait dans la scène brésilienne des sciences sociales, à partir de la fin des années soixante.

Mots clés: sciences sociales au Brésil; génération; professionnalisme

Este trabalho toma como ponto de partida a inflexão que o final da década de 1960 representa no cenário brasileiro das ciências sociais. São transformações que inauguram uma nova fase em sua história, cujo marco temporal pode ser definido a partir dos seguintes fatores: as políticas promovidas pelo regime militar visando a “modernização” do sistema universitário e científico; o significativo incremento dos recursos financeiros de incentivo à pesquisa, em que se destaca a atuação da Fundação Ford e a cassação, por ocasião do AI-5, em 1969, das lideranças intelectuais vinculadas às antigas gerações, como foi o caso de Florestan Fernandes e de seus assistentes, para ficar no exemplo mais decisivo.

Estas são as condições que deram lastro à emergência de um novo ideal de profissionalismo, cujo estilo de trabalho se associava à exigência de renovação dos modelos de organização institucional. Nesse sentido, alguns dos novos programas de pós-graduação são idealizados em função da construção de uma ideologia profissional, revestida da idéia de *novidade*, cujo núcleo se definia tanto no registro de um apego à cultura cientificista, como no da adesão a critérios mais rígidos de eficiência no desempenho acadêmico. O programa de pós-graduação em ciência política (1969) do Instituto Universitário de Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro (IUPERJ) e o de Antropologia Social (PPGAS) do Museu Nacional (1968) são os empreendimentos institucionais mais emblemáticos desse

* Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da FFLCH/ USP, sob orientação do professor Sergio Miceli. Instituição financiadora: FAPESP.

profissionalismo que tomava forma no bojo das negociações com a Fundação Ford, financiadora de ambos os projetos institucionais.

A construção desse novo estilo de trabalho só pode ser devidamente compreendida quando enquadrada numa perspectiva relacional que forneça a dimensão da recusa, envolvida em todo processo de inovação acadêmica. A partir desse ângulo analítico, define-se com mais exatidão o objeto desta pesquisa: uma *geração* de cientistas sociais - aqui designada pelo qualificativo pós-68 -, que se afirma invocando justamente as insuficiências das gerações mais antigas. Assim, a nova mentalidade profissional dava ensejo à afirmação da figura do especialista, como contraponto à referência “antiga” de um intelectual missionário, dotado de um senso de dever ético-político como guia para a elaboração do trabalho intelectual. No âmbito desse esforço de superação de uma *intelligentzia*, consolida-se uma geração de profissionais que constrói um ideal de especialização, distinto, por exemplo, daquele defendido por Florestan Fernandes, que não excluía a exigência do compromisso público do intelectual.

Outro aspecto importante que contribui à circunscrição do objeto de pesquisa diz respeito às origens regionais dessas novas iniciativas de profissionalização. O modelo de trabalho que se constitui, a partir de 1968, surge especialmente no eixo Rio de Janeiro-Belo Horizonte, como reação à hegemonia exercida pela sociologia paulista, sobretudo, no caso daquela liderada por Florestan Fernandes. No registro dessa tensão, a tradição sociológica paulista será vista como representante de um “tradicionalismo”, ao qual se oporia um estilo “moderno”, cujas características aproximariam antropólogos e cientistas políticos, advindos das duas referidas cidades, tecendo-se uma rede de alianças como estratégia de atuação no jogo pelo comando político das ciências sociais.

Tendo definido a experiência de uma geração como objeto, a atenção à dimensão das *trajetórias* individuais se constitui como uma das ênfases analíticas mais importantes, tanto à compreensão dos contornos mais gerais desse novo *ethos* profissional, como à identificação de especificidades regionais que se ligam às diferenças entre a história do desenvolvimento institucional das ciências sociais em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte. No âmbito da análise dos itinerários, a pesquisa concentra-se na elucidação das *disposições intelectuais* que são mais ou menos favoráveis à adesão ao novo ideal profissionalizado de trabalho na área. Para tanto, a análise das trajetórias toma como baliza, sobretudo, as instituições onde se formaram os agentes, com o intuito de desvelar o universo mental a partir do qual foram se moldando as escolhas que deram feição a um percurso intelectual. A elucidação dos perfis dessas disposições completa-se com a atenção aos dados sobre origem social, que ajudam a compor o quadro de injunções a que estão expostos os itinerários.

As trajetórias dos cientistas sociais da geração pós-68 serão abordadas do ponto de vista de seu enquadramento em três núcleos de socialização acadêmica localizados em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte. O exame comparativo entre os referidos grupos permite compreender as raízes das diferenças entre os percursos, em função das especificidades da estrutura do aparato institucional das ciências sociais em cada uma das cidades. Nesse sentido, é possível desvelar tanto a

lógica que diferencia perfis intelectuais no interior dessa geração, como os móveis que definem identificações entre os agentes, no registro do compartilhamento de uma mesma mentalidade ligada à profissão. A seguir, indicarei, de maneira sucinta, alguns dos traços mais importantes da experiência de cada uma das três vertentes da geração, ora examinada, com o intuito de explicitar a via pela qual a comparação entre os grupos está sendo armada.

O núcleo ligado à Universidade de São Paulo é marcado por uma experiência que se afasta consideravelmente do impulso profissionalizante que caracterizaria seus contemporâneos cariocas e mineiros¹. Isto porque, os traços da geração pós-68 de cientistas sociais da USP se definem não no registro da ruptura, mas no de uma *missão* de conservar a *tradição* das gerações fundadoras. O imperativo de continuidade que se expressava através da exigência de se “carregar um legado” funcionou como uma das constrictões mais importantes das trajetórias, que, de modo geral, se desenvolveram de costas aos novos paradigmas da carreira profissional que se definiam naqueles anos. Neste ponto, percebe-se um contraste bastante marcado entre, de um lado, o ímpeto da inovação científica, que foi o suporte da nova ideologia profissional surgida em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, e, de outro, o orgulho de se inserir numa tradição, ao mesmo tempo prestigiosa e de longa data, como foi o caso da USP.

Os horizontes de carreira que se abriam na USP à nova geração ligavam-se à possibilidade de inserção numa escola de pensamento que, ao longo da década de 1960, se constituía como exemplo máximo de excelência intelectual: o grupo de Florestan Fernandes. Trata-se de uma hegemonia que se beneficia largamente da estabilidade do aparato institucional da Universidade de São Paulo que garante a formatação de um projeto acadêmico mais protegido das ingerências externas, advindas do poder político, cuja intervenção no processo de construção institucional no Rio de Janeiro tornou este bem mais acidentado, conforme assinala a literatura presente em *História das ciências sociais*².

Se os laços entre gerações são, nesta experiência paulista, marcados pela idéia de continuidade, faz-se necessário explicitar os elementos que são enfatizados na recepção da herança, do ponto de vista das representações criadas em torno do dever ser do trabalho intelectual. O legado da USP é construído sublinhando-se o caráter militante de sua definição de intelectual, em que convicções políticas e científicas convergiam como modo de fornecer uma justificativa missionária à atividade acadêmica³. O imperativo do “pensamento crítico” e do “politicamente relevante” constituía-se como peça chave de um estilo intelectual construído em função da precedência de um ideal coletivo em relação aos propósitos mais individualistas de “fazer a carreira”. Assim, a incumbência missionária

¹ As trajetórias que são tomadas como referência, nesse caso, são: Brasília Sallum Jr., Maria Célia Paoli, Heloísa Fernandes, Heloísa Martins, Maria Helena Oliva Augusto, Jessita Martins Rodrigues, Irene Cardoso, Lísias Negrão, Reginaldo Prandi, José Jeremias de Oliveira Filho. Há também uma atenção especial à geração intermediária: Gabriel Cohn e José de Souza Martins.

² Sobre o desenvolvimento das ciências sociais no Rio de Janeiro, consultar: (Oliveira, 1995); (Almeida, 2001) e (Miceli, 2001a).

³ Cf. (Fernandes, 1978) e (Fernandes, 2004).

que se lega à geração pós-68 parece se duplicar com a cassação das lideranças pelo regime militar, já que o sentido da missão passa a incluir também a preservação da “idéia diretiva” do grupo afastado⁴.

O cumprimento da missão que foi imposta é provavelmente o elemento que aproxima as trajetórias do ponto de vista da fidelidade à ideologia que constitui o intelectual em função de seus “deveres públicos”. No entanto, a recepção dessa herança não implicou apenas similitudes entre itinerários, mas também variações que atendem a outros fatores constritivos, entre os quais talvez se destaque a origem social. Esta ressalva é importante porque sinaliza a heterogeneidade constitutiva da experiência de cada grupo analisado, de tal modo que a elucidação de seus matizes se constitui como uma das principais tarefas analíticas desta pesquisa.

A estabilidade e a autonomia do espaço acadêmico que se cria no interior da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da USP constituem uma exceção, quando se compara o caso paulista aos processos de institucionalização das ciências sociais no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte. Esta diferença deve ser destacada na medida em que a gestação do novo profissionalismo transcorre exatamente onde a instabilidade do modelo “Faculdade de Filosofia” daria lugar a novas estratégias de consolidação do lastro institucional das ciências sociais. No Rio de Janeiro, a convicção em torno da fragilidade da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi), ligada à extinta Universidade do Brasil, favoreceria o intento de desenvolver a pesquisa em ciência social fora do sistema universitário, num processo de diversificação de formas organizacionais, que incluiu, em alguns casos, o aporte de financiamentos externos, conforme atesta o caso do Centro Latino-Americano de Ciências Sociais (CLAPCS), que, ao lado do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)⁵, conformavam o pólo dinâmico do cenário carioca das ciências sociais, em fins dos anos de 1950⁶.

Num registro similar ao da experiência carioca, o processo de construção institucional das ciências sociais em Belo Horizonte se afasta do caso da USP, em função da trajetória acidentada da Universidade de Minas Gerais, que, apenas em 1949, ano de sua federalização, reuniria condições para sua expansão e estabilização. No entanto, o que torna o caso mineiro bastante peculiar diz respeito à alocação da área de ciências sociais no âmbito da Faculdade de Ciências Econômicas (FACE), que havia surgido, na década de 1940, com o objetivo de subsidiar o desenvolvimento econômico regional, em função do diagnóstico do atraso do estado em relação a seus maiores competidores: São Paulo e Rio de Janeiro. É nesse ambiente que surge, em 1953, o curso de “Sociologia e Política”, constituindo-se a partir da defesa de seu caráter eminentemente prático que se ligava ao intuito de formar quadros profissionais para assessoria de governo. A estrutura curricular, visando à compatibilidade com os horizontes profissionais para os quais o curso apontava, enfatizava disciplinas na área de economia,

⁴ José de Souza Martins, em entrevista, conta que, por ocasião das aposentadorias impostas pela ditadura, em 1969, Florestan Fernandes teria dito: “Os que não forem cassados ficam e a missão é dar continuidade ao que foi criado aqui na USP desde o Lévi-Strauss e o Bastide. Vocês levam para frente como puderem” (Martins, 2007, p. 12).

⁵ O ISEB foi fundado em 1955 pelo governo federal, como centro de debates e de investigações vinculados à temática do desenvolvimento.

⁶ Sobre a trajetória da FNFfi e a montagem do CLAPCS, confrontar (Oliveira, 1995).

direito e administração, o que lhe conferia um perfil substantivamente diverso do curso da FFCL da USP, mais próximo do modelo humanista clássico⁷.

A inexistência de uma tradição acadêmica longa e prestigiada é aquilo que aproxima a experiência do desenvolvimento das ciências sociais no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte, o que fez das duas cidades, cenários propícios à germinação de projetos acadêmicos com feições mais “modernas”. São ambientes que, ao longo dos anos de 1960, apresentariam condições favoráveis à construção de um perfil intelectual que a Fundação Ford pretendia estimular, através da concessão de generosos recursos tanto à montagem de novos programas de pós-graduação⁸, como à estadia de pesquisadores em universidades estrangeiras para o treinamento e obtenção de títulos acadêmicos⁹. É imprescindível ressaltar a contrapartida do processo de internacionalização que seria a marca indelével da vertente carioca e mineira da geração: trata-se do rechaço imediato de Florestan Fernandes aos financiamentos da agência norte-americana, bem como às viagens de estudos ao exterior.

A tomada de posição de Florestan Fernandes é bastante reveladora do ponto de vista do universo mental em que se criou a geração seguinte da mesma instituição. A recusa do aporte norte-americano que se justificava através do apelo às ideologias de esquerda vigentes no meio intelectual da época sinalizava que, em meio ao clima de resistência intensificado com o endurecimento do regime, se delineava uma negativa aos valores do novo profissionalismo, visto como pouco comprometido com os preceitos de um *pensamento crítico*. Os efeitos dessa recusa sobre as trajetórias vividas na USP são diretos, definindo uma experiência institucional pouco voltada para fora de seus muros¹⁰.

A análise sobre a vertente carioca dessa geração incidirá sobre o núcleo de cientistas sociais formados na então recente Escola de Sociologia e Política da Pontifícia Universidade Católica (PUC/Rio) do Rio de Janeiro, fundada em 1958, cuja inspiração teria sido a sua congênere paulista (a ELSP), de 1933, cuja vocação “prática” a distanciava, em tese, do modelo da FFCL da USP. A escolha desse núcleo¹¹ não é, por suposto, arbitrária, já que a experiência de socialização acadêmica nos

⁷ Sobre as ciências sociais em Minas Gerais, ver (Arruda, 2001) e (Forjaz, 1997). A respeito da idealização da FFCL/USP, confronte (Limongi, 2001).

⁸ O programa do IUPERJ em ciência política é resultado da iniciativa conjunta de Wanderley Guilherme dos Santos, formado no Rio de Janeiro, e de parte da geração de mineiros, formados no curso da FACE, com especial destaque à atuação de Bolívar Lamounier.

⁹ Sobre as políticas científicas da Fundação Ford dirigidas ao Brasil e à América Latina, de modo mais geral, ver: (Miceli, 1993).

¹⁰ A única tese realizada numa instituição estrangeira, entre os professores da USP, é o doutorado de Maria Célia Paoli, defendido em 1987, na Universidade de Londres, sob a orientação de Eric J. Hobsbawm.

¹¹ Listo a seguir a relação de alguns dos formados no curso, entre 1964 e 1973: Vilma Figueiredo (1960-1966); Moacir Palmeira, Otávio Velho e Luis Antonio Machado da Silva (1961-1964); Lúcia Lippi de Oliveira (1963-1966); Sergio Miceli, Lygia Sigaud, Alice Rangel de Paiva Abreu, Licia Valadares e Luis Antonio Cunha (1964-1967); João Pacheco de Oliveira Filho (1967-1972); José Sérgio Leite Lopes (1968-1969); Eduardo Viveiros de Castro (1969-1973). Além deles, Afrânio Garcia Jr forma-se no curso de economia da PUC (1968-1969), em sua origem ligado à Escola de Sociologia e Política. Gilberto Velho, apesar de ter se formado no curso da UFRJ (1965-1968), provavelmente por ter feito o Colégio de Aplicação da universidade, circulava no ambiente dos alunos da PUC, já que lá havia estudado seu irmão, Otávio.

domínios do curso da PUC constitui uma marca importante, no que se refere à modelação de uma visão de mundo feita justamente de uma inclinação favorável à inovação acadêmica. Assim, as peculiaridades do ambiente da PUC se revelam tanto do ponto de vista das características do curso, em que se destaca a ênfase na pesquisa, como no plano das raízes sociais do recrutamento dos alunos. A PUC/Rio era, no ensino superior, um dos destinos preferenciais da elite e de frações da classe média alta carioca. O perfil dos alunos da universidade católica reproduzia-se, de modo geral, na Escola de Sociologia e Política. Nesse sentido, os dados relativos à dimensão social de suas trajetórias servirão de base à tarefa de desvelar conexões possíveis entre vanguardismo e *habitus* de classe, localizando em certos meios sociais, disposições favoráveis ao culto da novidade, em matéria de ciências sociais.

As trajetórias dos mineiros formados no curso da FACE, entre os anos de 1959 e 1965¹², revelam os traços de uma experiência peculiar, em que os padrões de carreira se assemelham bastante entre si. Trata-se de um grupo que se caracteriza por um grau elevado de coesão interna, resultante de um mesmo processo de conversão, que envolveu, em alguns casos, a realização do curso de especialização da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), no Chile, e, sem uma única exceção, a realização do doutorado em universidades norte-americanas, onde se definiam os contornos do novo *mainstream* da ciência política internacional. Para esse grupo, a circulação internacional parece ter sido ainda mais decisiva do que no caso dos cientistas sociais cariocas, já que as viagens aos Estados Unidos representavam não só a importação de um repertório de temas e de técnicas de pesquisa (especialmente quantitativas) até então inexistentes no Brasil, como de um padrão de desempenho que levava às últimas conseqüências os parâmetros do novo profissionalismo. Ressalte-se ainda que, não raro, as trajetórias do grupo mineiro desembocariam na assunção de importantes cargos técnicos em organismos públicos nacionais, em geral, ligados à formulação das políticas científicas do governo federal, o que fornece uma boa medida do perfil da ambição que moveu as carreiras dos membros do grupo.

6. Bibliografia citada

ARRUDA, Maria Arminda do N. (2001). “A modernidade possível: cientistas e ciências sociais em Minas Gerais”. In: Miceli, S. (org.) *História da ciências sociais no Brasil: volume 1*. São Paulo, Sumaré.

ALMEIDA, Maria Hermínia T. de (2001). “Dilemas da institucionalização das ciências sociais no Rio de Janeiro”. In: MICELI, M. (org.). *História das ciências sociais no Brasil: volume 1*. São Paulo, Sumaré.

¹² Nesse caso, tomo como referência as trajetórias de Simon Schwartzman, Bolívar Lamounier, José Murilo de Carvalho, Elisa Reis, Vilmar faria, Amaury de Souza, Fábio Wanderley Reis, Edmundo Campos Coelho e Antonio Octávio Cintra.

FERNANDES, Florestan. (1978) *A condição de sociólogo*. São Paulo, Hucitec.

_____. (2004). “A sociologia como afirmação”. In: Ianni, O. *Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante*. São Paulo, Expressão Popular.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. (1997) “A emergência da Ciência Política no Brasil: aspectos institucionais”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 12, n. 35.

LIMONGI, Fernando (2001). “Mentores e clientelas da Universidade de São Paulo”. In: MICELI, M. (org.). *História das ciências sociais no Brasil: volume 1*. São Paulo, Sumaré.

MARTINS, José de Souza. (2008). “Entrevista com José de Souza Martins”. In: *Revista Pesquisa FAPESP*. N. 147, Maio.

MICELI, Sergio (org.). (1993) *A Fundação Ford no Brasil*. São Paulo, Ed. Sumaré, FAPESP.

_____. (2001). “Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais”. In: _____. *História das ciências sociais: volume 1*. São Paulo, Sumaré.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi de (1995). “As ciências sociais no Rio de Janeiro”. In: Miceli, S. (org.) *História das ciências sociais no Brasil: volume 2*. São Paulo, Sumaré.